

DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Barbalha



Ano XV, No. 1406 Barbalha-CE, Quarta-feira, dia 19 de Fevereiro de 2025 - CADERNO 01/01 -

Pag. 01

MESA DIRETORA

Presidente

Dorivan Amaro dos Santos (PT)

Vice-Presidente

Epitácio Saraiva da Cruz Neto (REPUBLICANOS)

1º. Secretário

José Alex Saraiva de Sá Barreto (PT)

2º. Secretária

Marcus José Alencar Lima (REPUBLICANOS)

DEMAIS VEREADORES

Antenor Francisco de Amorim (PDT)
Antônio Ferreira de Santana (PC do B)
Carlos André Feitosa Pereira (PSB)
Cícera Bertulino de Souza (PSB)
Cícero Joanes Leite Sampaio (PSDB)
Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles (UNIÃO)
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior (PT)
João Ilânio Sampaio (PSB)
Maria Gely de Freitas Pereira (REPUBLICANOS)
Matheus Cleber Saraiva Gonçalves (PSDB)
Odair José de Matos (PT).

COMISSÕES PERMANENTES

Constituição, Justiça e Legislação Participativa

José Alex Saraiva de Sá Barreto (PT); Maria Gely de Freitas Pereira (REPUBLICANOS); Odair José de Matos (PT).

Finanças, Orçamento e Defesa do Consumidor

Antônio Ferreira de Santana (PC do B); Cícera Bertulino de Souza (PSB); Carlos André Feitosa Pereira (PSB).

Obras e Serviços Públicos

Antenor Francisco de Amorim (PDT); Antônio Ferreira de Santana (PC do B); Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior (PT).

Educação, Saúde e Assistência

Cícero Joanes Leite Sampaio (PSDB); Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior (PT); João Ilânio Sampaio (PSB).

Ética e Decoro Parlamentar

Marcus José Alencar Lima (REPUBLICANOS); José Alex Saraiva de Sá Barreto (PT); Maria Gely de Freitas Pereira (REPUBLICANOS).

Juventude

Matheus Cleber Saraiva Gonçalves (PSDB); Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior (PT); Carlos André Feitosa (PSB).

Segurança Pública e Defesa Social

Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles (UNIÃO); José Alex Saraiva de Sá Barreto (PT); Marcus José Alencar Lima (REPUBLICANOS).

DIREÇÃO GERAL DA CÂMARA: LUCAS ARON DOS SANTOS GOMES;
ASSESSOR DA MESA: JOSEMBERG DA SILVA CUNHA;
COORDENAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL: KELVY GABRIEL DE MOURA FERREIRA;
ORGANIZAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO, FORMATAÇÃO E PUBLICAÇÃO: CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA – CIEC

HISTÓRIA

O Diário Oficial do Poder Legislativo da cidade de Barbalha foi idealizado pelos Servidores Efetivos do Poder Legislativo e criado pela Resolução No. 04/2011, no dia 30 de Maio de 2011, quando foi ao ar sua primeira edição. O Diário tem por objetivo dar cumprimento ao princípio da Publicidade previsto no artigo 37 da Constituição Federal, além da obrigação prevista no Regimento Interno da Casa do Povo Barbalhense para que as matérias legislativas fossem publicadas para dar conhecimento ao povo. O Diário Oficial é editado, diagramado, organizado e publicado pelo Centro Integrado de Educação e Cultura – CIEC e sob a responsabilidade de Servidores efetivos do próprio Poder Legislativo Municipal. E-mail: diariooficialcambar@gmail.com – site:

PUBLICAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DIRETORA N. 001/2025

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 25 do Regimento Interno e legislação aplicável,

CONSIDERANDO a tramitação do Projeto de Lei n. 10/2025;

CONSIDERANDO o disposto no § 2º do Art. 71 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barbalha, nos seguintes termos;

Art. 71 (...)

§ 2º. Quando a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, pela maioria de seus membros, declarem, por meio de parecer por escrito e fundamentado, o projeto inconstitucional, ilegal ou estranho à competência da Câmara Municipal, será ele arquivado após 3 (três) dias úteis da sua publicação no Diário Oficial do Legislativo, dispensando-se a manifestação do Plenário. No prazo estipulado o parecer poderá ser submetido ao Plenário para deliberação quanto ao arquivamento ou tramitação mediante requerimento da Mesa Diretora ou de 1/3 dos Vereadores, sendo inadmissível recurso individualizado de Vereador inclusive do proponente do projeto.

CONSIDERANDO que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa emitiu o Parecer n. 004/2025 não favorável à sua tramitação em face de Inconstitucionalidade conforme decisão por maioria absoluta;

CONSIDERANDO a necessidade de Ato da Mesa Diretora para determinar a publicação no Diário Oficial do Legislativo, para então preceder ao arquivamento após 3 (três) dias úteis na forma do § 2º do Art. 71 – RI,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a publicação do Parecer n. 004/2025 com decisão desfavorável à tramitação do Projeto de Lei n. 10/2025 em face de Inconstitucionalidade afirmada pela maioria absoluta da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Art. 2º. Fica estabelecido que após transcorrer 3 (três) dias úteis da Publicação no Diário Oficial do Poder Legislativo deverá o Projeto de Lei n. 10/2025 ser arquivado na forma do § 2º do Art. 71 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barbalha.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha
em 17 de fevereiro de 2025.

**DORIVAN AMARO DOS
SANTOS**
Presidente

**EPITÁCIO SARAIVA DA
CRUZ NETO**
Vice-Presidente

**JOSÉ ALEX SARAIVA DE SÁ
BARRETO**
1º Secretário

**MARCUS JOSÉ ALENCAR
LIMA**
2º Secretário

ATO DA MESA DIRETORA N. 002/2025

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 25 do Regimento Interno e legislação aplicável,

CONSIDERANDO a tramitação do Projeto de Resolução Nº 04/2025;

CONSIDERANDO o disposto no § 2º do Art. 71 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barbalha, nos seguintes termos;

Art. 71 (...)

§ 2º. Quando a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, pela maioria de seus membros, declarem, por meio de parecer por escrito e fundamentado, o projeto inconstitucional, ilegal ou estranho à competência da Câmara Municipal, será ele arquivado após 3 (três) dias úteis da sua publicação no Diário Oficial do Legislativo, dispensando-se a manifestação do Plenário. No prazo estipulado o parecer poderá ser submetido ao Plenário para deliberação quanto ao arquivamento ou tramitação mediante requerimento da Mesa Diretora ou de 1/3 dos Vereadores, sendo inadmissível recurso individualizado de Vereador inclusive do proponente do projeto.

CONSIDERANDO que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa emitiu o Parecer n. 05/2025 desfavorável à sua tramitação conforme decisão por maioria absoluta;

CONSIDERANDO a necessidade de Ato da Mesa Diretora para determinar a publicação no Diário Oficial do Legislativo, para então preceder ao arquivamento após 3 (três) dias úteis na forma do § 2º do Art. 71 – RI,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a publicação do Parecer n. 05/2025 com decisão desfavorável à tramitação do Projeto de Resolução Nº 04/2025 afirmada pela maioria absoluta da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Art. 2º. Fica estabelecido que após transcorrer 3 (três) dias úteis da Publicação no Diário Oficial do Poder Legislativa deverá o Projeto de Resolução Nº 04/2025 ser arquivado na forma do § 2º do Art. 71 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barbalha.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha
Em 17 de fevereiro de 2025.

**DORIVAN AMARO DOS
SANTOS**
Presidente

**EPITÁCIO SARAIVA DA
CRUZ NETO**
Vice-Presidente

**JOSÉ ALEX SARAIVA DE SÁ
BARRETO**
1º Secretário

**MARCUS JOSÉ ALENCAR
LIMA**
2º Secretário

ATAS DAS SESSÕES

Ata da 8ª Sessão Ordinária do 1º Período Legislativo da Câmara Municipal de Barbalha no ano de 2025.

Presidência: Dorivan Amaro dos Santos

Às 17h10min (dezessete horas e dez minutos) do dia 13 (treze) de fevereiro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), no Plenário da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, sito à Rua Sete de setembro, 77 – Centro, nesta Cidade de Barbalha-CE, onde presentes estavam os seguintes Vereadores: **André Feitosa, Antenor Francisco de Amorim, Antônio Ferreira de Santana, Cícera Bertulino de Souza, Cícero Joanes Leite Sampaio, Dorivan Amaro dos Santos, Epitácio Saraiva da Cruz Neto, Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles, Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior, João Ilânio Sampaio, José Alex Saraiva de Sá Barreto, Marcus José Alencar Lima, Maria Gely de Freitas Pereira, Matheus Cleber Saraiva Gonçalves e Odair José de Matos.** O Presidente constatou que havia número legal de vereadores e nos termos do inciso XXV, letra “C”, do art. 32 do Regimento Interno, declarou aberta a Sessão, convidando o Vereador **Odair José de Matos** para fazer a **ORAÇÃO DA TARDE**. Nos termos do Art. 144 do Regimento Interno, o Presidente, passou a Palavra para o 1º Secretário, Vereador **José Alex Saraiva de Sá Barreto**, para fazer a **LEITURA DO MATERIAL DE EXPEDIENTE: ATAS:** Ata da 6ª Sessão Ordinária do 1º Período Legislativo da Câmara Municipal de Barbalha no ano de 2025. Ata da 7ª Sessão Ordinária do 1º Período Legislativo da Câmara Municipal de Barbalha no ano de 2025. **CORRESPONDÊNCIAS:** Ofício Nº 01/2025, do Sr. Onivaldo Porfírio de Lima, solicitando uso da Tribuna Popular. Ofício Nº 12.02/2025, da AMASBAR, em resposta ao Ofício Nº 3101024/2025 CMB, referente ao Requerimento Nº 107/2025 de autoria do Vereador Alex Saraiva. **PROPOSIÇÕES: Projeto de Resolução Nº 06/2025, de autoria Da Mesa Diretora, EM REGIME DE URGÊNCIA,** que dispõe sobre a regulamentação da concessão de Diárias aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Barbalha e dá outras providências. **Projeto de Resolução Nº 07/2025, de autoria do Vereador João Ilânio Sampaio,** que concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências. **Projeto de Resolução Nº 08/2025, de autoria do Vereador Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles,** que concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências. **Projeto de Resolução Nº 09/2025, de autoria do Vereador Epitácio Saraiva da Cruz Neto,** que concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências. **Requerimento Nº 160/2025, de autoria do Vereador Odair José de Matos,** requer que seja enviado ofício à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando a melhoria das condições das estradas da Vila Regina Tavares Carmo, e que também seja feita a capinação em todas as ruas da referida comunidade. **Requerimento Nº 161/2025, de autoria do Vereador Odair José de Matos,** requer que seja enviado ofício à Secretaria Municipal de Educação, com cópia ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando a promoção de ações para a formação continuada dos Professores da Rede Pública Municipal. **Requerimento Nº 162/2025, de autoria do Vereador Odair José de Matos,** requer que seja enviado ofício à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando a realização dos reparos no calçamento localizado no Corredor do Delson que dá acesso ao Corredor de Erimita no Sítio Lagoa. **Requerimento Nº 163/2025, de autoria do Vereador Matheus Cleber Saraiva Gonçalves,** requer que seja enviado ofício à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando a pintura e a limpeza da quadra de esportes da Escola Antonio Costa Sampaio, localizada no Distrito Arajara. **Requerimento Nº 164/2025, de autoria do Vereador Epitácio Saraiva Cruz Neto,** requer que seja enviado ofício ao Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, Sr. Arôdo de Castro, solicitando a poda das árvores do Sítio Brejinho. **Requerimento Nº 165/2025, de autoria do Vereador Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior,** requer que seja

enviado ofício ao DER (Departamento Estadual de Rodovias), com Cópia à SOP - Superintendência de Obras Públicas, solicitando que seja feito a recuperação da manta asfáltica em trechos da CE-386 que liga o Distrito do Caldas ao Distrito de Arajara, mais precisamente no trecho que corta o Sítio Piquet, na ladeira entre o Bar do Peixe e a oficina 2 irmãos. **Requerimento N° 166/2025, de autoria do Vereador Antônio Ferreira de Santana,** requer que seja enviado ofício para à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando que seja asfaltada as Ruas Dom Mário e Francisco Roberto Verício, conhecida como T11 e T12 respectivamente, localizadas no Bairro Santo Antônio. **Requerimento N° 167/2025, de autoria do Vereador Epitácio Saraiva Cruz Neto,** requer que seja enviado ofício ao comandante da Polícia Militar da Cidade de Barbalha, Capitão Marcos, com cópia ao Departamento Municipal de Trânsito - Demutran, solicitando o policiamento noturno (rondas noturnas) na Vila São João, Sítio Brejinho, assim como, no Sítio Santana. Locais onde estão indo pessoas praticar manobras perigosas em suas motocicletas, tirando o sossego e colocando em risco a vida de pessoas da comunidade, como também, há relato de pessoas portando armas nos locais. **Requerimento N° 168/2025, de autoria do Vereador Cícero Joanes Leite Sampaio,** requer que seja enviado ofício ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, com cópias ao DEMUTRAN, solicitando esclarecimentos acerca de como ficará a gestão do Sistema de Estacionamento rotativo - Zona Azul. **Requerimento N° 169/2025, de autoria do Vereador Cícero Joanes Leite Sampaio,** requer que seja enviado ofício ao Secretário de Obras e Urbanismo, com cópias ao Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos e ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando o calçamento em pedra tosca do Corredor dos Nascimento, no Distrito Estrela. **Requerimento N° 170/2025, de autoria do Vereador Cícero Joanes Leite Sampaio,** requer que seja enviado ofício ao Secretário de Obras e Urbanismo, com cópias ao Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos e ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando a retirada dos depósitos de areia e sedimentos do campo de futebol do Sítio Venha Ver. **Requerimento N° 171/2025, de autoria do Vereador Marcus José Alencar Lima,** requer que seja enviado ofício à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com cópia à Empresa Meta, solicitando a colocação de lixeiras próximo ao Bar do Peixe no Sítio Piquete, Distrito do Caldas. **Requerimento N° 173/2025, de autoria do Vereador Epitácio Saraiva Cruz Neto,** requer que seja enviado ofício ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Sr. Arôdo de Castro, com cópia ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando, em caráter de Urgência, a disponibilização de máquinas para fazer o conserto e a limpeza do campo de futebol do Sítio Santana, onde ocorrerá, no período de Carnaval, o jogo das donzelas. **Requerimento N° 174/2025, de autoria da Vereadora Maria Gely de Freitas Pereira,** requer que seja enviado ofício à Secretária Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia ao DEMUTRAN, solicitando a instalação de lombadas na rua L5, localizada no Bairro Cirolândia. **Requerimento N° 175/2025, de autoria do Vereador Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior,** requer que seja enviado ofício ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia à Empresa Meta, solicitando a poda das árvores, assim como, a pintura dos meio fios da comunidade do Distrito do Caldas. Como também, solicito a contratação de 2 garis para dar suporte na limpeza da comunidade. **Requerimento N° 176/2025, de autoria da Vereadora Maria Gely de Freitas Pereira,** requer que seja enviado ofício ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, solicitando as podas das árvores da Avenida Dr. Pio Sampaio, no Bairro Cirolândia. **Requerimento N° 177/2025, de autoria do Vereador Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles,** requer que seja enviado ofício ao Secretário Municipal de Educação, Sr. João Paulo, solicitando o início das atividades dos Cuidadores do Colégio Josefa Alves, assim como, em todos colégios do município. **Requerimento N° 178/2025, de autoria da Vereadora Maria Gely de Freitas Pereira,** requer que seja enviado ofício à Secretária Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando a drenagem na Rua João Saraiva da Cruz, Bairro Conjunto Nossa Senhora de Fátima, especialmente no trecho em frente ao Colégio Crescer. **Requerimento N° 179/2025, de autoria do Vereador Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles,** requer que seja enviado ofício ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, com cópia à Secretaria Municipal de Saúde, solicitando o retorno dos profissionais - recepcionista, responsáveis pela marcação de consultas e exames, e responsável pela Farmácia - do PFS do Distrito do Caldas, haja vistas que a falta destes profissionais está prejudicando o atendimento da comunidade local. **Requerimento N° 180/2025, de autoria do Vereador Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles,** requer que seja enviado ofício ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando a instalação de guaritas e pontos de apoio nas paradas de ônibus das Casas Populares, principalmente na estrada. Haja vistas a demanda das pessoas que precisam esperar ônibus naquele local, e muitas

vezes tem que enfrentar um forte sol. **Requerimento N° 181/2025, de autoria do Vereador Alex Saraiva,** requer que seja enviado ofício à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando a recuperação asfáltica da estrada da Água Fria e Formiga, no Distrito do Caldas. **Requerimento N° 182/2025, de autoria do Vereador Alex Saraiva,** requer que seja enviado ofício à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando o calçamento em pedra tosca no Sítio Saco II, iniciando na CE-386 dando acesso à Vila dos Amaro. Em seguida, após a Leitura do Material de Expediente, o Vereador Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles, solicitou a palavra para solicitar, mediante Proposição Verbal, ofício de parabéns ao Universitário Pedro Arthur Oliveira Angelin, extensivo à Sra. Maria Salviana de Oliveira, ao Sr. Cícero Rafael de Oliveira, ao Sr. Antônio Eugênio de Oliveira, à Sra. Maria das Graças e ao Sr. Antônio Eugênio, registrando votos de parabéns pela aprovação do jovem Pedro Arthur Oliveira Angelin, em 1º lugar, no Vestibular da UECE para o Curso de Medicina. Motivo este de muita alegria para todos os seus familiares e amigos. Ofícios subscritos pelos seguintes Vereadores: André Feitosa, Antenor Francisco de Amorim, Antônio Ferreira de Santana, Cícera Bertulino de Souza, Cícero Joanes Leite Sampaio, Dorivan Amaro dos Santos, Epitácio Saraiva da Cruz Neto, Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles, Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior, João Ilânio Sampaio, José Alex Saraiva de Sá Barreto, Marcus José Alencar Lima, Maria Gely de Freitas Pereira, Matheus Cleber Saraiva Gonçalves e Odair José de Matos. Em seguida, o Presidente, Dorivan Amaro dos Santos, convidou o Sr. Onivaldo Porfírio de Lima – O Gonzagão, para fazer uso da Tribuna Popular, que na oportunidade o espaço para solicitar a concessão de um espaço - terreno - ao Município para construção da sede administrativa da UNAB - União das Associações de Barbalha. Também fizeram uso da Palavra os seguintes Vereadores: Odair José de Matos, João Ilânio Sampaio, Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles e Dorivan Amaro dos Santos. O Vereador, Odair José de Matos, no momento do Uso da Palavra solicitou o envio de Ofícios, mediante Proposição Verbal, à Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sra. Lúcia Santana e ao Prefeito Municipal, Sr. Guilherme Sampaio Saraiva solicitando a doação de um terreno para a construção da Sede da União das Associações de Barbalha – UNAB, em nosso Município. **ORDEM DO DIA: Projeto de Resolução N° 06/2025, de autoria Da Mesa Diretora, EM REGIME DE URGÊNCIA,** que dispõe sobre a regulamentação da concessão de Diárias aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Barbalha e dá outras providências, em discussão. Votação da **Urgência do Projeto de Resolução 06/2025.** Urgência **aprovada** por unanimidade dos Vereadores: 14 (quatorze) Votos Favoráveis. Foram emitidos Pareceres Verbalis Favoráveis das seguintes Comissões Permanentes para Tramitação do **Projeto de Resolução N° 06/2025, de autoria Da Mesa Diretora:** Comissão Permanente de Constituição Justiça e Legislação Participativa; Comissão Permanente de Orçamento Finanças e Defesa do Consumidor. **Projeto de Resolução N° 06/2025, de autoria Da Mesa Diretora,** que dispõe sobre a regulamentação da concessão de Diárias aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Barbalha e dá outras providências, em Votação. Sendo **aprovado** por Unanimidade dos Vereadores presentes: 12 (doze) Votos Favoráveis. Todos os **Requerimento** foram debatidos e aprovados por unanimidade dos Vereadores Presentes. O Vereador, Matheus Saraiva, no momento da discussão dos **Requerimentos**, solicitou o envio de ofício, mediante **Proposição Verbal**, à Secretária Municipal de Saúde, Sra. Catiane Landim, solicitando a contratação de um médico para o PSF do Sítio Macaúba, a fim de atender os moradores do referido logradouro e comunidades adjacentes, tendo em vista que estão há 4 semanas sem o referido atendimento de saúde. **PALAVRA FACULTADA:** NÃO HOUVE PALAVRA FACULTADA por falta de quórum regimental. O Presidente nos termos do art. 139 do Regimento Interno encerrou a Sessão às 19h13min (dezenove horas e treze minutos) por **falta de quórum**. E para tudo constar, eu **José Alex Saraiva de Sá Barreto**, 1º Secretário, pelos apontamentos colhidos, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada. Os teores originais dos pronunciamentos, se encontram disponíveis para consultas ou controvérsias em relação a esta, no Arquivo Sonoro desta Casa.

PROJETOS DE LEIS

Mensagem n° 11.02.001/ 2025 – GAB Barbalha/CE, 11 de fevereiro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Dorivan Amaro dos Santos

Vereador
Presidente da Câmara Municipal de Barbalha/CE
Nesta

Ref. Mensagem Projeto de Lei.

SENHOR PRESIDENTE,
DEMAIS PARES,

De antemão prestamos os devidos cumprimentos e respeito à Vossa Excelência, bem como aos demais nobres ocupantes da função legislativa que abrilhantam esta Augusta Casa, para adiante expor a apreciação dos ilustres Pares, o Projeto de Lei a seguir.

Tendo em vista a alteração na estrutura das Secretarias Municipais por meio da Reforma Administrativa realizada pela Lei Municipal nº 2.856, de 26 de dezembro de 2024, cumpre-nos promover alguns ajustes necessários ao bom andamento dos trabalhos.

Destarte, contamos com o irrestrito apoio de Vossas Excelências na apreciação e pronta aprovação do pleito.

Local e data, supra.

Respeitosamente,

Guilherme Sampaio Saraiva
Prefeito Municipal de Barbalha/CE

PROJETO DE LEI Nº 12, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.

PROMOVE ALTERAÇÃO NA LEI MUNICIPAL Nº 2.856/2024, DA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARBALHA/CE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE, encaminha o presente Projeto de Lei para apreciação da Câmara Municipal e posterior sanção:

Art. 1º. O art. 17 da Lei Municipal nº 2.856, de 26 de dezembro de 2024 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 17.** O Gabinete do Vice-Prefeito passa a ter a seguinte estrutura básica:

- I.** Gabinete do Vice-Prefeito:
- 1.** Assessoria Técnica Administrativa;
 - 2.** Assessoria de Administração;

Parágrafo único. As atribuições de cada Cargo Comissionado da Secretaria Municipal de Governo estão dispostas no Anexo I - B desta Lei.”

Art. 2º. O Anexo I - B da Lei Municipal nº 2.856, de 26 de dezembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO I - B

**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSONADOS
DO
GABINETE DO VICE-PREFEITO**

Assessor Técnico Administrativo: Assessorar diretamente, de forma técnica a Coordenação do

Gabinete do Vice-Prefeito, e demais superiores hierárquicos; Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas no âmbito de sua área de atuação, incluindo o assessoramento em comunicação.

Assessor de Administração: Desenvolver estudos e atividades relacionados à área de atuação no Gabinete; Prestar assessoria ao Vice-Prefeito, e demais superiores hierárquicos; Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas no âmbito de sua área de atuação, incluindo o assessoramento em comunicação.”

Art. 3º. O art. 41 da Lei Municipal nº 2.856, de 26 de dezembro de 2024 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 41.** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário passa a ter a seguinte estrutura básica:

I. Gabinete do Secretário e do Secretário Adjunto;

a) Secretaria Executiva de Desenvolvimento Agropecuário;

b) Coordenadoria de Projetos e Programas Especiais:

1. Gerência de Relações Intersectoriais;

c) Coordenadoria de Desenvolvimento Agropecuário:

1. Gerência de Agricultura Familiar;

d) Assessoria de Administração;

e) Assessoria de Apoio Técnico Agropecuário;

f) Assessoria de Apoio Operacional Agropecuário.

Parágrafo único. As atribuições de cada Cargo Comissionado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário estão dispostas no Anexo I - N desta Lei.”

Art. 4º. O Anexo I - N da Lei Municipal nº 2.856, de 26 de dezembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO I - N

**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSONADOS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO**

Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário: Assessorar o Chefe do Poder Executivo Municipal na formulação de políticas, planos, programas, projetos, estratégias e decisões, relacionados com a área de sua competência e atribuições; Organizar, administrar e dirigir os órgãos e unidades organizativas sobre sua responsabilidade, com base nas diretrizes institucionais previstas pelo Poder Executivo Municipal e na legislação pertinente; Expedir portarias e ordens de serviço disciplinadoras das atividades integrantes de sua respectiva área de competência; Distribuir atividades e funções gerenciais nos diversos órgãos internos sob sua responsabilidade, respeitada a legislação pertinente; Ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas, conforme as normas superiores de delegação de competências e as atribuições expressamente dispostas na presente legislação municipal; Assinar contratos, convênios, acordos e outros atos administrativos bilaterais ou multilaterais dentro de sua competência e quando não for legalmente exigida a assinatura do Chefe do Poder Executivo Municipal; Revogar, anular, sustar ou determinar a sustação de atos administrativos que contrariem os princípios constitucionais e legais da administração pública, na área de sua competência;

Receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e promover as correções exigidas; Decidir, mediante atos administrativos pertinentes, sobre pedidos cuja matéria se insira na área de sua competência; Coordenar e dirigir a formulação, monitoramento e avaliação dos planos, programas, estratégias e projetos descentralizados dentro de sua área de competência, conforme definido pela legislação em vigor e em consonância com as diretrizes superiores da Administração Municipal; Dirigir, coordenar e acompanhar a formulação, avaliação e atualização dos principais instrumentos de planejamento do Município, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), dentro de suas respectivas áreas de competências e em consonância com as diretrizes superiores da Administração Municipal; Monitorar e avaliar a gestão institucional dentro de sua área de responsabilidade, visando à adequação oportuna de decisões e ações no cumprimento das metas e objetivos dos planos e programas institucionais de governo; Prestar contas por resultados ao Chefe do Poder Executivo Municipal, sobre o desempenho no cumprimento das metas e objetivos dos planos e programas institucionais de governo, dentro de sua respectiva área de responsabilidade; Coordenar, monitorar e prestar contas dos projetos, contratos e convênios celebrados pelo Município, sob sua respectiva responsabilidade; Administrar os recursos humanos, materiais e financeiros sob sua responsabilidade, em conformidade com as delegações de competências superiores, ordenando as despesas nos termos da lei; Fazer cumprir as legislações no âmbito de sua competência; Assegurar a plena articulação intra e interinstitucional, entre os planos e programas de sua direta responsabilidade com os demais planos e programas da Administração Municipal, a fim de assegurar o cumprimento das metas e objetivos gerais do Plano de Governo; Supervisionar, avaliar, regulamentar e fazer cumprir os mecanismos de prestação de contas de receitas e despesas sob sua responsabilidade, de acordo com a legislação vigente e as normas superiores de delegação de competência; Exercer outras atividades e atribuições delegadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, bem como cumprir os deveres legais, como agentes políticos, expressamente dispostos na Constituição Federal, Leis Orgânicas Estadual e Municipal, e demais legislações pertinentes.

Secretário Executivo de Desenvolvimento Agropecuário: Receber, analisar e encaminhar processos e demais papéis de caráter técnico e administrativo, para ciência do Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário; Executar todas as atividades pertinentes à administração e desenvolvimento dos recursos humanos da Prefeitura; Executar, coordenar e monitorar as atividades pertinentes à administração de material e patrimônio, especialmente as relacionadas a compras de todos os órgãos da Administração Direta, almoxarifado, controle de bens móveis e Arquivo Público Municipal; Executar, coordenar e monitorar as atividades pertinentes aos serviços gerais, especialmente de comunicações e informações gerenciais, segurança, higienização dos ambientes de trabalho, manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos; Executar, coordenar e monitorar as atividades pertinentes à informática, especialmente as relacionadas com equipamentos, programas e suporte para os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município; Assegurar a administração dos recursos financeiros, materiais e humanos da Secretaria; Auxiliar a Secretaria na direção, organização, orientação, coordenação e controle das atividades do órgão; Acompanhar a execução orçamentária de forma a garantir o desenvolvimento e o cumprimento de metas; Garantir o fluxo de documentos

internos e externos e de serviços de transporte, telefonia e manutenção no âmbito da Secretaria; Exercer as atividades delegadas pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário; Desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições em acordo com as determinações do órgão; Manter informado o Chefe do Poder Executivo, através de meios próprios, das ações e atividades desenvolvidas pela Secretaria; Executar outras atividades correlatas que lhes forem solicitadas.

Secretário Adjunto de Desenvolvimento

Agropecuário: Assegurar a administração dos recursos financeiros, materiais e humanos da Secretaria; Auxiliar a Secretaria na direção, organização, orientação, coordenação e controle das atividades do órgão; Exercer as atividades delegadas pelo Secretário; Despachar com o titular da pasta; Desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições em acordo com as determinações do órgão; Acompanhar a execução orçamentária de forma a garantir o desenvolvimento e o cumprimento de metas; Garantir o fluxo de documentos internos e externos e de serviços de transporte, telefonia e manutenção no âmbito da Secretaria; Executar atividades correlatas solicitadas; Substituir de forma automática e eventualmente o titular da pasta em suas ausências, impedimentos ou afastamentos legais, inclusive quanto a ordenação de despesas;

Coordenador de Projetos e Programas Especiais:

Coordenar a execução dos programas e projetos aprovados, elaborar relatórios e realizar a prestação de contas correspondentes; Elaborar relatórios parciais e anuais das atividades desenvolvidas; Executar outras atividades correlatas que lhes forem solicitadas.

Coordenador de Desenvolvimento Agropecuário:

Coordenar os agentes rurais que estarão em contato direto com o homem do campo, levando conhecimentos em relação à pecuária e à agricultura; Garantir que o abate de animais está sendo realizado de acordo com a legislação sanitária; Fiscalizar a qualidade dos produtos agropecuários oferecidos à população; Realizar atividades correlatas.

Gerente de Agricultura Familiar: Gerenciar, organizar, articular, executar, apoiar e acompanhar as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário, no que tange à execução da produção e da comercialização para o desenvolvimento da Agricultura Familiar; Gerenciar, organizar e monitorar os programas de fortalecimento da Agricultura Familiar, buscando políticas públicas para desenvolver programas municipais, em parceria com os programas federais e estaduais.

Gerente de Relações Intersetoriais: Promover a colaboração entre diferentes setores, como agricultura, pecuária, meio ambiente, saúde pública e economia, visando a criação de políticas e iniciativas que beneficiem a agropecuária; Identificar e gerenciar as relações com diversos atores, incluindo produtores, associações, órgãos governamentais, ONGs e a sociedade civil, garantindo que as necessidades e preocupações de todos sejam consideradas; Contribuir para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas que promovam a sustentabilidade, a inovação e a competitividade no setor agropecuário; Facilitar a comunicação e a relação entre os diferentes setores e partes interessadas, assegurando que os interesses do setor agropecuário sejam claramente representados; Avaliar a eficácia das iniciativas intersetoriais e propor ajustes conforme necessário, assegurando que os objetivos estejam sendo alcançados; Promover a capacitação de usuários sobre práticas sustentáveis e inovações tecnológicas, além de disseminar informações relevantes sobre o setor; Trabalhar em prol da sustentabilidade ambiental e social da agropecuária, promovendo práticas que minimizem os impactos negativos e maximizem os benefícios para a sociedade; Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas

tecnologias que possam melhorar a eficiência e a sustentabilidade da agropecuária; Representar em organização em fóruns, conferências e reuniões relacionadas ao setor agropecuário, defendendo interesses e fortalecendo parcerias; Identificar e mediar conflitos que possam surgir entre diferentes setores ou partes interessadas, buscando soluções que sejam benéficas para todos os envolvidos; Executar outras atividades correlatas que lhes forem solicitadas.

Assessor de Administração: Desenvolver estudos e atividades relacionados à área de atuação no Gabinete; Prestar assessoria ao Vice-prefeito, e demais superiores hierárquicos; Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas no âmbito de sua área de atuação, incluindo o assessoramento em comunicação; Executar outras atividades correlatas que lhes forem solicitadas.

Assessor de Apoio Técnico Agropecuário: Promover a assessoria técnica ao Secretário Municipal; Realizar consultas e orientações técnicas ao corpo da Secretaria; Acompanhar o projetos desenvolvidos pela SDA, com visitas in loco; Fazer ofícios, memorandos, cartas e demais atos necessários ao exercício da sua função; Executar outras atividades correlatas que lhes forem solicitadas.

Assessor de Apoio Operacional Agropecuário: Realizar atendimento ao público alvo da Secretaria; Realizar anotações e apontamentos, para melhor assistir aos responsáveis pelo setor no desempenho das atribuições do cargo; Atender ligações; Fazer ofícios, memorandos, cartas e demais atos necessários ao bom andamento do setor; Executar outras atividades correlatas que lhes forem solicitadas.”

Art. 5º. O ANEXO III da Lei Municipal nº 2.856, de 26 de dezembro de 2024, no que toca os quadros do Gabinete do Vice-Prefeito e Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, e de Desenvolvimento Agropecuário passa a vigorar com a seguinte redação:

...

GABINETE DO VICE PREFEITO - GABVICE:

QTD	NOMENCLATURA DO CARGO	NIVEL - DAS
02	Assessor Técnico Administrativo	DAS-8
01	Assessor de Administração	DAS-9

...

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE:

QTD	NOMENCLATURA DO CARGO	NIVEL - DAS
01	Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico	DAS-1
01	Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico	DAS-3
01	Gerente de Desenvolvimento Regional	DAS-8
01	Gerente de Projetos Especiais	DAS-8
01	Diretor da Sala do Empreendedor	DAS-5

...

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - SDA:

QTD	NOMENCLATURA DO CARGO	NIVEL - DAS
01	Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário	DAS-1
01	Secretário Executivo de Desenvolvimento Agropecuário	DAS-2
01	Secretário Adjunto de Desenvolvimento Agropecuário	DAS-3
01	Coordenador de Projetos e Programas Especiais	DAS-7

01	Coordenador de Desenvolvimento Agropecuário	DAS-7
01	Gerente de Agricultura Familiar	DAS-8
01	Gerente de Relações Intersectoriais	DAS-8
01	Assessor de Administração	DAS-9
01	Assessor de Apoio Técnico Agropecuário	DAS-9
03	Assessor de Apoio Operacional	DAS-10

Art. 6º. Fica revogado o Parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 2.856, de 26 de dezembro de 2024.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, em 11 de fevereiro de 2025.

Guilherme Sampaio Saraiva
Prefeito Municipal de Barbalha/CE

PARECERES DAS COMISSÕES

PARECER Nº 04/2025 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Parecer sobre o Projeto de Lei nº 10/2025

Autoria: Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles

Objetivo: Estabelecer normas para a garantia de acesso e para a gestão das filas de procedimentos médicos e tratamentos no âmbito do Sistema Municipal de Saúde de Barbalha – CE (art. 1º.)

1. RELATÓRIO

O presente parecer tem por objetivo analisar a constitucionalidade do Projeto de Lei municipal que tem por finalidade o estabelecimento de normas para a garantia de acesso e para a gestão das filas de procedimentos médicos e tratamentos no âmbito do Sistema Municipal de Saúde de Barbalha, bem como impõe a obrigatoriedade de disponibilização de plataforma digital de acesso público.

2. ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE

2.1. Vício de Iniciativa

A Constituição Federal, em seu artigo 2º, estabelece o princípio da separação dos poderes, garantindo que cada um dos poderes do Estado atue dentro de suas competências. O artigo 61, §1º, II, "b", da Constituição Federal, determina que leis que disponham sobre a organização e funcionamento da administração pública sejam de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

No âmbito municipal, essa regra se aplica de forma análoga, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que tem reiteradamente declarado inconstitucionais leis municipais de iniciativa parlamentar que interferem na gestão administrativa e criam obrigações para o Executivo. Vejamos:

Por tratar-se de evidente matéria de organização administrativa, a iniciativa do processo legislativo está reservada ao chefe do Poder Executivo local. Os Estados-membros e o Distrito Federal devem obediência às regras de iniciativa legislativa reservada, fixadas constitucionalmente, sob pena de violação do modelo de harmônica tripartição de poderes, consagrado pelo constituinte originário.

[ADI 1.182, rel. min. Eros Grau, j. 24-11-2005, P, DJ de 10-3-2006.]

= RE 508.827 AgR, rel. min. Cármen Lúcia, j. 25-9-2012, 2ª T, DJE de 19-10-2012

FONTE: <https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-4-capitulo-1-secao-8-subsecao-3-artigo-61>

O projeto de lei em questão cria novas diretrizes para a **gestão da saúde pública municipal**, incluindo a imposição de uma plataforma digital. Isso

implica ingerência indevida do Poder Legislativo na administração pública, caracterizando vício de iniciativa.

Reza o Art. 1º da proposição sob análise que "*este projeto estabelece normas*" relativas à "*gestão de filas de procedimentos médicos e tratamento*" em âmbito municipal.

Outrossim, preconiza o Art. 3º do Projeto de Lei em comento que: "*A gestão das filas de espera será de responsabilidade de Secretária Municipal de Saúde, que deverá implementar mecanismo de fiscalização e auditoria para garantir a integridade das informações disponibilizadas*".

Ambos os dispositivos colidem frontalmente com a Jurisprudência do STF, já citada, bem como com o texto inserido no Art. 18, Inc. V da Lei Orgânica do Município de Barbalha. *In verbis*:

Art. 18 - Compete privativamente ao Prefeito:

[...]

V – dispor sobre a estruturação, atribuição e funcionamento dos órgãos da administração municipal;

Indiscutível que a proposição sob análise impõe ao Executivo Municipal uma diretriz de Gestão afrontando de forma direta a Jurisprudência da Suprema Corte [**ADI 1.182**, rel. min. Eros Grau, j. 24-11-2005, P, *DJ* de 10-3-2006.] = **RE 508.827 AgR**, rel. min. Cármen Lúcia, j. 25-9-2012, 2ª T, *DJE* de 19-10-2012], bem como o art. 18, V da Lei Orgânica do Município de Barbalha, eivando de vício de iniciativa, culminando com a inconstitucionalidade.

2.2. Invasão de Competência Legislativa

A Constituição Federal, em seu artigo 24, estabelece que legislar sobre proteção e defesa da saúde é competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal. Aos Municípios, de acordo com o artigo 30, compete legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual.

O projeto de lei extrapola a competência municipal ao estabelecer normas de gestão das filas na saúde, matéria inclusive regulada em âmbito federal e estadual. O Sistema Único de Saúde (SUS) é regido por diretrizes nacionais, e a regulamentação do acesso aos serviços e a gestão de filas já são disciplinadas pelo Ministério da Saúde e pelos governos estaduais.

Ao interferir diretamente na gestão da saúde municipal sem previsão expressa na legislação federal, o projeto pode ser considerado inconstitucional por invadir competência legislativa alheia.

Vejamos a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

É inconstitucional lei municipal que, na competência legislativa concorrente, utilize-se do argumento do interesse local para restringir ou ampliar as determinações contidas em texto normativo de âmbito nacional.

[**RE 596.489 AgR**, rel. min. Eros Grau, j. 27-10-2009, 2ª T, *DJE* de 20-11-2009.]

FONTE: <https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-3-capitulo-2-artigo-24>

Observa-se, de forma indiscutível, a norma proposta amplia significativamente os seus objetivos conforme se verifica no seu art. 2º, qual seja,

Art. 2º. Fica instituída a obrigatoriedade de disponibilização, em plataforma digital de acesso público, das informações referentes às filas de espera para consultar, exames, procedimentos cirúrgicos e demais serviços de saúde ofertados pelo município.

Temos desta forma afronta a texto Constitucional, eivando de Inconstitucionalidade.

2.3. Ofensa aos Princípios da Administração Pública

O artigo 37 da Constituição Federal impõe que a Administração Pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O projeto de lei cria obrigação específica para o Executivo municipal sem a devida previsão orçamentária, o que pode comprometer o princípio da

eficiência e resultar em despesas públicas sem planejamento adequado. Ademais, a imposição de uma plataforma digital pode demandar contratação de serviços e alocação de recursos financeiros que devem ser previamente discutidos pelo Executivo.

A implementação do mecanismo descrito no art. 2º, de disponibilizar o acesso as informações "*em plataforma digital*", cujo "*portal eletrônico ou aplicativo móvel será mantido pela prefeitura*", invariavelmente cria ou aumenta despesas públicas, na contramão do que dispõe a Jurisprudência do STF, bem como o art. 18, I da Lei Orgânica, pois a administração terá que contratar serviço especializado e/ou servidores para que atenda tal imposição.

Art. 18 – Compete privativamente ao Prefeito:

I - a iniciativa das leis orçamentárias, das que versem sobre matéria financeira e das que criem ou aumentem as despesas públicas.

FONTE: <https://www.camaradebarbalha.ce.gov.br/leis/580> (Lei Orgânica do Município de Barbalha)

No tocante ao aumento de despesa a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é uníssona quanto a competência do Poder Executivo,

A **Lei 6.835/2001, de iniciativa** da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, **cria nova atribuição** à Secretaria de Fazenda Estadual, **órgão integrante do Poder Executivo** daquele Estado. **À luz do princípio da simetria, são de iniciativa do chefe do Poder Executivo** estadual **as leis que versem sobre a organização administrativa** do Estado, podendo a questão referente à organização e funcionamento da administração estadual, quando não importar aumento de despesa, ser regulamentada por meio de decreto do chefe do Poder Executivo (...). **Inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa da lei ora atacada.** [GRIFO E NEGRITO NÃO ESTÃO NO ORIGINAL, CITAÇÃO POR ANALOGIA]

[**ADI 2.857**, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 30-8-2007, P, *DJ* de 30-11-2007.]

FONTE: <https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-4-capitulo-2-secao-2-artigo-84>

É indispensável a iniciativa do chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/2001, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelam as atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação.

[**ADI 3.254**, rel. min. Ellen Gracie, j. 16-11-2005, P, *DJ* de 2-12-2005.]

FONTE: <https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-4-capitulo-2-secao-2-artigo-84>

Observa-se, o Projeto de Lei em tela gira em torno de "*planejar a execução dos serviços públicos municipais*", o que também viola o inciso XVI do referido dispositivo legal da Lei Orgânica do Município quanto a iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

Temos vício e inconstitucionalidade por afronta aos princípios da administração pública.

2.4. Possível Violação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) estabelece diretrizes rigorosas para o tratamento de dados pessoais, em especial os sensíveis, como informações sobre saúde. A obrigatoriedade de uma plataforma digital de acesso público para a gestão de filas na saúde pode acarretar riscos à privacidade dos cidadãos e à segurança de seus dados pessoais.

A exposição indevida de informações de pacientes pode levar à judicialização da matéria, tornando a aplicação da lei inviável na prática e reforçando sua inconstitucionalidade por violação de direitos fundamentais.

3. CONCLUSÃO

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, nos termos do Art. 71 do Regimento Interno, pronunciar-se quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e a técnica legislativa da proposição.

Diante dos argumentos expostos, conclui-se que o Projeto de Lei é **inconstitucional**, pelos seguintes fundamentos:

1. **Vício de iniciativa**, por interferir na organização da administração pública municipal, cuja competência é privativa do chefe do Executivo.
2. **Invasão de competência legislativa**, ao tratar de matérias já reguladas em âmbito federal e estadual.
3. **Afetação da eficiência administrativa**, ao impor despesas sem previsão orçamentária e de competência do Executivo Municipal.
4. **Possível afronta à LGPD**, devido ao risco de exposição indevida de dados sensíveis dos cidadãos.

Com os fundamentos acima expostos esta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifesta-se de forma desfavorável à sua tramitação em face da Inconstitucionalidade.

Remeta-se à Mesa Diretora da Câmara para emissão de Ato determinando a publicação da decisão no Diário Oficial do Legislativo, para então proceder o arquivamento após 3 (três) dias úteis na forma do § 2º do Art. 71 – RI.

Barbalha (CE), 12 de fevereiro de 2025.

Odair José de Matos
Presidente

Maria Gely de Freitas Pereira
Membro

José Alex Saraiva de Sá Barreto
Relator

PARECER Nº 05/2025
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Parecer sobre o Projeto de Resolução Nº 04/2025

Autoria: Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles

Ementa: Cria a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento Municipal no âmbito da Câmara Municipal de Barbalha e dá outras providências.

I - RELATÓRIO

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Presidente da Câmara Municipal de Barbalha, o **Projeto de Resolução Nº 04/2025**, que dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento Municipal no âmbito da Câmara Municipal de Barbalha e dá outras providências, proposta pelo vereador Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles, foi protocolado no dia 3 de novembro de 2025, para ser apreciada pelos pares que possuem assento nesta Casa Legislativa

No dia 6 de fevereiro de 2025 o **Projeto de Resolução Nº 04/2025**, foi lida em sessão no plenário

No dia 7 de fevereiro de 2025, o Presidente da Câmara encaminhou Projeto de Resolução Nº 04/2025 ao Vereador, Odair José De Matos, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

No dia 10 de fevereiro de 2025, o Presidente da Comissão de Constituição de justiça designou como Relator, o vereador José Alex Saraiva de Sá Barreto.

Compete-nos nesta oportunidade, em atendimento às determinações regimentais, analisar a proposição quanto aos aspectos constitucional, legal e jurídico

O Projeto de Resolução Nº 04/2025 em questão dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento Municipal no âmbito da Câmara Municipal de Barbalha e dá outras providências, vejamos:

Art. 1º – Da Criação e Natureza. Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Barbalha, a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento Municipal, de caráter suprapartidário e de natureza consultiva e propositiva, com a finalidade de debater, propor e acompanhar políticas públicas voltadas ao fortalecimento econômico, social e sustentável do município de Barbalha.

Art. 2º – Da composição. A Frente Parlamentar será composta exclusivamente por vereadores em exercício da Câmara Municipal de Barbalha, que manifestarem interesse formal em aderir.

Art. 3º – Da Organização e Mandato.

§1º A Frente Parlamentar será coordenada por uma Mesa Diretora composta por:

I – Um Presidente;

II – Um Vice-Presidente;

III – Um Secretário.

§2º Os membros da Mesa Diretora da Frente Parlamentar serão eleitos por seus integrantes, mediante votação, com mandato de dois anos, permitida uma reeleição consecutiva.

Art. 4º – Dos Objetivos. São objetivos da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento Municipal:

I – Estudar e propor medidas legislativas que incentivem o desenvolvimento econômico, social e sustentável de Barbalha;

II – Acompanhar a execução de políticas públicas municipais e propor melhorias para sua efetividade;

III – Promover a articulação entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo, a sociedade civil e o setor produtivo para identificar desafios e oportunidades de crescimento para o município;

IV – Defender a ampliação de investimentos em infraestrutura, saúde, educação, saneamento, mobilidade urbana, segurança pública e demais áreas essenciais para o desenvolvimento local;

V – Estimular políticas de fomento ao empreendedorismo, à inovação e à geração de emprego e renda no município;

VI – Fiscalizar a aplicação de recursos públicos destinados a projetos de desenvolvimento municipal;

VII – Realizar audiências públicas, seminários e eventos para debater temas relevantes ao desenvolvimento de Barbalha;

VIII – Dialogar com governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas, para garantir o fortalecimento da cidade na distribuição de recursos e investimentos.

Art. 5º – Do Funcionamento.

§1º A Frente Parlamentar poderá criar grupos temáticos de trabalho, de caráter temporário ou permanente, para tratar de áreas específicas do desenvolvimento municipal.

§2º As reuniões da Frente Parlamentar serão públicas, podendo contar com a participação de representantes da sociedade civil, entidades de classe, acadêmicos e demais interessados.

§3º O funcionamento da Frente Parlamentar será regulamentado por Regimento Interno, a ser elaborado e

aprovado pelos seus membros no prazo de 60 dias após sua instalação.

Art. 6º – Do Apoio Institucional

§1º A Frente Parlamentar poderá solicitar suporte técnico e administrativo da Câmara Municipal de Barbalha para a realização de estudos, pesquisas e análises sobre o desenvolvimento local.

§2º A participação na Frente Parlamentar não gera ônus financeiro adicional ao orçamento da Câmara Municipal, sendo suas atividades desenvolvidas dentro das estruturas existentes.

Art. 7º – Esta Resolução entrará em vigor da data de sua publicação.

Cabe a Câmara Municipal de Barbalha, Emendar a Lei Orgânica ou reformá-la com aprovação de dois terços dos seus membros, vejamos:

Art. 23-É de competência exclusiva da Câmara Municipal:

III - emendar a Lei Orgânica ou reformá-la com aprovação de dois terços dos seus membros;

DEFINIÇÃO

Uma frente parlamentar é um grupo de membros do Legislativo que se reúne para debater e aprimorar a legislação e políticas públicas. As frentes parlamentares são suprapartidárias e podem articular esforços para questões de interesse geral.

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL

Sanado o entendimento a que se refere uma frente parlamentar, o referido projeto de resolução não atende aos requisitos legais e regimentais necessários, causando, portanto, a sua improcedência. A legislação que rege a matéria é clara e, segundo o princípio da legalidade, toda ação da administração pública deve estar fundamentada em normas previamente estabelecidas.

Tendo em vista que o Regimento Interno da Câmara Municipal não prevê a criação de frentes parlamentares, apenas de comissões permanentes, temporárias, especiais, parlamentares, de inquérito.

II. VOTO

Diante do exposto, VOTOU o relator pelo PARECER DESFAVORÁVEL a tramitação do Projeto de Resolução Nº 04/2025.

É O nosso entendimento que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Barbalha/CE, 12 de fevereiro de 2025

Odair José de Matos

Presidente da Comissão

Maria Gely de Freitas Pereira
Membro

José Alex Saraiva de Sá Barreto
Relator

PARECER Nº 06/2025
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA
Parecer sobre o Projeto de Resolução nº 07/2025

Autoria: PROFESSOR ILÂNIO

Ementa: Concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Resolução nº 7/2025, que Concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências, vem a esta Comissão de Justiça e Redação, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

II. FUNDAMENTAÇÃO.

O legislador constituinte, no texto do art. 61 da Constituição Federal, estabeleceu os agentes competentes para iniciativa de leis ordinárias e complementares, bem como os casos de iniciativa reservada ao Presidente da República.

Pelo princípio da simetria das normas, a Lei Orgânica do Município de Barbalha, mais precisamente em seu art. 50, considerando a necessidade de reprodução de modelos estabelecidos para a União, no âmbito da Constituição Federal, trata da iniciativa das leis, rezando que:

Art. 50 – a iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer membro da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos.

Matérias que dispõem sobre o Processo Legislativo supracitado, cabe a iniciativa a(o) Parlamentar, sendo este agente público do ente federado local revestido de competência e legitimidade para tal fim.

No tocante a iniciativa da matéria, fase que deflagrou o seu processo de constituição, é válida, vez que também observa o que preceitua o art. 50 da Lei Orgânica, pela reserva a(o) Parlamentar, não apresentando, portanto, qualquer vício de origem ou inconstitucionalidade formal, estando assim em conformidade com a legislação constitucional.

III. CONCLUSÃO

Compete à Comissão de Justiça e Redação, nos termos do Art. 71 do Regimento Interno, pronunciar-se quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e a técnica legislativa da proposição.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa do Município (LOM, art. 84, caput), sendo atribuição da Câmara Municipal de Barbalha dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Prefeito Municipal (LOM, art. 22, caput), mediante iniciativa legislativa concorrente (LOM, art. 50, caput).

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa do Projeto de Resolução nº 7/2025, que Concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências.

Barbalha/CE, 17 de Fevereiro de 2025

Odair José de Matos
Presidente

José Alex Saraiva de Sá Barreto
Relator(a)

Maria Gely de Freitas Pereira
Membro

PARECER Nº 07/2025
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA
Parecer sobre o Projeto de Resolução nº 08/2025

Autoria: RILDO TELES

Ementa: Concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Resolução nº 8/2025, que Concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências, vem a esta Comissão de Justiça e Redação, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

II. FUNDAMENTAÇÃO.

O legislador constituinte, no texto do art. 61 da Constituição Federal, estabeleceu os agentes competentes para iniciativa de leis ordinárias e complementares, bem como os casos de iniciativa reservada ao Presidente da República.

Pelo princípio da simetria das normas, a Lei Orgânica do Município de Barbalha, mais precisamente em seu art. 50, considerando a necessidade de reprodução de modelos estabelecidos para a União, no âmbito da Constituição Federal, trata da iniciativa das leis, rezando que:

Art. 50 – a iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer membro da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos.

Matérias que dispõem sobre o Processo Legislativo supracitado, cabe a iniciativa a(o) Parlamentar, sendo este agente público do ente federado local revestido de competência e legitimidade para tal fim.

No tocante a iniciativa da matéria, fase que deflagrou o seu processo de constituição, é válida, vez que também observa o que preceitua o art. 50 da Lei Orgânica, pela reserva a(o) Parlamentar, não apresentando, portanto, qualquer vício de origem ou inconstitucionalidade formal, estando assim em conformidade com a legislação constitucional.

III. CONCLUSÃO

Compete à Comissão de Justiça e Redação, nos termos do Art. 71 do Regimento Interno, pronunciar-se quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e a técnica legislativa da proposição.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa do Município (LOM, art. 84, caput), sendo atribuição da Câmara Municipal de Barbalha dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Prefeito Municipal (LOM, art. 22, caput), mediante iniciativa legislativa concorrente (LOM, art. 50, caput).

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa do Projeto de Resolução nº 8/2025, que Concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências.

Barbalha/CE, 17 de Fevereiro de 2025

Odair José de Matos
Presidente

José Alex Saraiva de Sá Barreto
Relator(a)

Maria Gely de Freitas Pereira
Membro

PARECER Nº 08/2025
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA
Parecer sobre o Projeto de Resolução nº 09/2025

Autoria: EPITACIO CRUZ

Ementa: Concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Resolução nº 9/2025, que Concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências, vem a esta Comissão de Justiça e Redação, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

II. FUNDAMENTAÇÃO.

O legislador constituinte, no texto do art. 61 da Constituição Federal, estabeleceu os agentes competentes para iniciativa de leis ordinárias e complementares, bem como os casos de iniciativa reservada ao Presidente da República.

Pelo princípio da simetria das normas, a Lei Orgânica do Município de Barbalha, mais precisamente em seu art. 50, considerando a necessidade de reprodução de modelos estabelecidos para a União, no âmbito da Constituição Federal, trata da iniciativa das leis, rezando que:

Art. 50 – a iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer membro da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos.

Matérias que dispõem sobre o Processo Legislativo supracitado, cabe a iniciativa a(o) Parlamentar, sendo este agente público do ente federado local revestido de competência e legitimidade para tal fim.

No tocante a iniciativa da matéria, fase que deflagrou o seu processo de constituição, é válida, vez que também observa o que preceitua o art. 50 da Lei Orgânica, pela reserva a(o) Parlamentar, não apresentando, portanto, qualquer vício de origem ou inconstitucionalidade formal, estando assim em conformidade com a legislação constitucional.

III. CONCLUSÃO

Compete à Comissão de Justiça e Redação, nos termos do Art. 71 do Regimento Interno, pronunciar-se quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e a técnica legislativa da proposição.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa do Município (LOM, art. 84, caput), sendo atribuição da Câmara Municipal de Barbalha dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Prefeito Municipal (LOM, art. 22, caput), mediante iniciativa legislativa concorrente (LOM, art. 50, caput).

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa do Projeto de Resolução nº 9/2025, que Concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências.

Barbalha/CE, 17 de Fevereiro de 2025

Odair José de Matos
Presidente

José Alex Saraiva de Sá Barreto
Relator(a)

Maria Gely de Freitas Pereira
Membro

REQUERIMENTOS

Requerimento Nº 172/2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA

Requer que seja enviado ofício a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando com urgência a reforma da escola E.M.E.I.F Maria das Dores Sampaio, no Bairro do Alto do Rosário, haja vistas que a atual estrutura da escola está comprometendo a qualidade do ensino e a segurança dos alunos.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando com urgência a reforma da escola E.M.E.I.F Maria das Dores Sampaio, no Bairro do Alto do Rosário, haja vistas que a atual estrutura da escola está comprometendo a qualidade do ensino e a segurança dos alunos.

Nestes Termos.

Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 11 de Fevereiro de 2025.

ODAIR JOSÉ DE MATOS
Vereador do PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES
Autor

Requerimento Nº 184/2025

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado à Secretaria Municipal de Saúde, com cópia ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando, com base nas necessidades da população, a criação de um Núcleo dedicado ao acompanhamento de pessoas com transtorno do Espectro Autista (TEA), equipamento que será essencial para melhorar qualidade de vidas destas pessoas.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado à Secretaria Municipal de Saúde, com cópia ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando, com base nas necessidades da população, a criação de um Núcleo dedicado ao acompanhamento de pessoas com transtorno do Espectro Autista (TEA), equipamento que será essencial para melhorar qualidade de vidas destas pessoas.

Nestes Termos.

Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 13 de Fevereiro de 2025.

ODAIR JOSÉ DE MATOS
Vereador do PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES
Autor

Requerimento Nº 185/2025

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado ofício à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando limpeza e capinação da rua que dar acesso a Aliança de Misericórdia, localizada no sítio Venha Ver, ao lado da AAB B.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando limpeza e capinação da rua que dar acesso a Aliança de Misericórdia, localizada no sítio Venha Ver, ao lado da AAB B.

Nestes Termos.

Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 13 de Fevereiro de 2025.

JOÃO ILANIO SAMPAIO
Vereador do PSB – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
Autor

Requerimento Nº 186/2025

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado ofício a Superintendência de Obras Públicas do Estado do Ceará - SOP - solicitando a realização da capinação nas duas vias da CE-293 que liga Barbalha a Missão Velha. Haja vistas que estamos na quadra invernos, assim, a vegetação cresce rápido, e atualmente em vários trechos encontra-se fora do padrão, comprometendo a visibilidade dos condutores.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** requer que seja enviado ofício a Superintendência de Obras Públicas do Estado do Ceará - SOP - solicitando a realização da capinação nas duas vias da CE-293 que liga Barbalha a Missão

Velha. Haja vistas que estamos na quadra invernos, assim, a vegetação cresce rápido, e atualmente em vários trechos encontra-se fora do padrão, comprometendo a visibilidade dos condutores.

Nestes Termos.

Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 13 de Fevereiro de 2025.

JOÃO ILANIO SAMPAIO
Vereador do PSB – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
Autor

Requerimento Nº 187/2025

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado ofício ao Secretário de Obras e Urbanismo, com cópias ao Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos e ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando o calçamento em pedra tosca da Rua 22 de Abril, no Parque Bulandeira.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício ao Secretário de Obras e Urbanismo, com cópias ao Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos e ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando o calçamento em pedra tosca da Rua 22 de Abril, no Parque Bulandeira.

Nestes Termos.

Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 13 de Fevereiro de 2025.

CICERO JOANES LEITE SAMPAIO
Vereador do PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA
BRASILEIRA
Autor

Requerimento Nº 188/2025

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado ofício ao Secretário de Obras e Urbanismo, com cópias ao Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos e ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando o calçamento em pedra tosca no Bairro Frei Damião, local popularmente conhecido como “Morro da Sariema”.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício ao Secretário de Obras e Urbanismo, com cópias ao Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos e ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando o calçamento em pedra tosca no Bairro Frei Damião, local popularmente conhecido como “Morro da Sariema”.

Nestes Termos.

Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 14 de Fevereiro de 2025.

CICERO JOANES LEITE SAMPAIO
Vereador do PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA
BRASILEIRA
Autor

Requerimento Nº 189/2025

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado ofício à Secretária de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando limpeza e capinação na Rua São João, Bairro Buriti.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício à Secretária de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando limpeza e capinação na Rua São João, Bairro Buriti.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 14 de Fevereiro de 2025.

MARIA GELY DE FREITAS PEREIRA
Vereadora do REPUBLICANOS – REPUBLICANOS
Autora

Requerimento Nº 190/2025

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado ofício à Secretária de Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando uma limpeza na Rua P-05, Bairro Vila Santa Terezinha.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício à Secretária de Infraestrutura e Serviços Públicos solicitando uma limpeza na Rua P-05, Bairro Vila Santa Terezinha.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 14 de Fevereiro de 2025.

MARIA GELY DE FREITAS PEREIRA
Vereadora do REPUBLICANOS – REPUBLICANOS
Autora

Requerimento Nº 192/2025

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado ofício à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia ao Prefeito Municipal, Sr. Guilherme Saraiva, solicitando o calçamento em pedra tosca na Rua Maria de Fátima dos Santos, antiga Travessa II da Rua T-24, no Bairro Santo André.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia ao Prefeito Municipal, Sr. Guilherme Saraiva, solicitando o calçamento em pedra tosca na Rua Maria de Fátima dos Santos, antiga Travessa II da Rua T-24, no Bairro Santo André.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 14 de Fevereiro de 2025.

JOSÉ ALEX SARAIVA DE SÁ BARRETO
Vereador do PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES
Autor

Requerimento Nº 193/2025

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado ofício ao Prefeito Municipal, Sr. Guilherme Saraiva solicitando o retorno do matadouro/abatedouro da Cidade.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício ao Prefeito Municipal, Sr. Guilherme Saraiva solicitando o retorno do matadouro/abatedouro da Cidade.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 14 de Fevereiro de 2025.

EXPEDITO RILDO CARDOSO XAVIER TELES
Vereador do UNIÃO – UNIÃO BRASIL
Autor

Requerimento Nº 194/2025

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado ofício à Secretaria Municipal de Esportes, com cópias ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando a instalação de alambrados - entre o espaço da prática de esportes e arquibancada - na quadra do Parque da cidade. Haja vistas que a quadra carece deste equipamento para dar mais segurança aos atletas.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício à Secretaria Municipal de Esportes, com cópias ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando a instalação de alambrados - entre o espaço da prática de esportes e arquibancada - na quadra do Parque da cidade. Haja vistas que a quadra carece deste equipamento para dar mais segurança aos atletas.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 14 de Fevereiro de 2025.

EXPEDITO RILDO CARDOSO XAVIER TELES
Vereador do UNIÃO – UNIÃO BRASIL
Autor

Requerimento Nº 195/2025

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DORIVAN AMARO DOS SANTOS,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**

Requer que seja enviado um ofício ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando que a Secretaria Municipal competente fiscalize a execução da Lei que cobra da Empresa beneficiária pela doação do Terreno Novo Cemitério, que assuma o Cemitério Municipal José Lúcio Sampaio Rolim.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado um ofício ao Prefeito Municipal, Dr. Guilherme Saraiva, solicitando que a Secretaria Municipal competente fiscalize a execução da Lei que cobra da Empresa beneficiária pela doação do Terreno Novo Cemitério, que assuma o Cemitério Municipal José Lúcio Sampaio Rolim.

Nestes Termos.
Pede e Aguarda Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 14 de Fevereiro de 2025.

EXPEDITO RILDO CARDOSO XAVIER TELES
Vereador do **UNIÃO – UNIÃO BRASIL**
Autor

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1202003/2025/GAB/CMB

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO EM CARGO COMISSONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**, no uso das atribuições legais, em especial as disposições do inciso XXX, do art. 32 do Regimento Interno; inciso II, do art. 10 da Lei Complementar n. 02/2022; Lei Municipal n. 2.686/2023 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o Sr. **EDMILSON DOS SANTOS ROCHA**, portador do CPF: 872.274.015-53, para exercer a função do Cargo Comissionado de **ASSISTENTE DE PLÊNARIO**, da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, produzindo-se efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barbalha
em 12 de fevereiro de 2025

DORIVAN AMARO DOS SANTOS
Presidente
Câmara Municipal de Barbalha

PORTARIA Nº 1302001/2025/GAB/CMB

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO EM CARGO COMISSONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**, no uso das atribuições legais, em especial as disposições do inciso XXX, do art. 32 do Regimento Interno; inciso II, do art. 10 da Lei Complementar n. 02/2022; Lei Municipal n. 2.686/2023 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o Sr. **PHILLIP DAVI FERREIRA SANTANA**, portador do CPF: 608.287.093-00, da função do Cargo Comissionado de **ASSESSOR DAS COMISSÕES PERMANENTES**, da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barbalha
em 13 de fevereiro de 2025

DORIVAN AMARO DOS SANTOS
Presidente
Câmara Municipal de Barbalha

PORTARIA Nº 1302002/2025/GAB/CMB

NOMEIA SERVIDOR EFETIVO PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**, no uso das atribuições legais, em especial as disposições do inciso XXX, do art. 32 do Regimento Interno; inciso III, do art. 10 da Lei Complementar n. 02/2022; Lei Municipal n. 2.686/2023 e Lei Municipal n. 2.874/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o servidor efetivo Sr. **KELVY GABRIEL DE MOURA FERREIRA**, portador do CPF: 061.909.943-77, para exercer a função gratificada de **ASSESSOR DE PROTOCOLO LEGISLATIVO**, da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará.

Art. 2º. Tratando-se de função gratificada não se aplica o art. 49 da Lei Complementar n. 02/2022.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, produzindo-se efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barbalha
em 13 de fevereiro de 2025

DORIVAN AMARO DOS SANTOS
Presidente
Câmara Municipal de Barbalha

PORTARIA Nº 1302003/2025/GAB/CMB

NOMEIA SERVIDOR EFETIVO PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**, no uso das atribuições legais, em especial as disposições do inciso XXX, do art. 32 do Regimento Interno; inciso III, do art. 10 da Lei Complementar n. 02/2022; Lei Municipal n. 2.686/2023 e Lei Municipal n. 2.874/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o servidor efetivo Sr. **ALEXANDRE HEBERTH FILIPE ANDRADE**, portador do CPF: 045.105.663-95, para exercer a função gratificada de **ASSESSOR DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO**, da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará.

Art. 2º. Tratando-se de função gratificada não se aplica o art. 49 da Lei Complementar n. 02/2022.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, produzindo-se efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barbalha
em 13 de fevereiro de 2025

DORIVAN AMARO DOS SANTOS
Presidente
Câmara Municipal de Barbalha

PORTARIA Nº 1402001/2025/GAB/CMB

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**, no uso das atribuições legais, em especial as disposições do inciso XXX, do art. 32 do Regimento Interno; inciso II, do art. 10 da Lei Complementar n. 02/2022; Lei Municipal n. 2.686/2023 e Lei Municipal n. 2.874/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o Sr. **PHILLIP DAVI FERREIRA SANTANA**, portador do CPF: 608.287.093-00, para exercer a função do Cargo Comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO DAS COMISSÕES PERMANENTES, TEMPORÁRIAS, ESPECIAIS, PARLAMENTARES E DE INQUÉRITO E PROCESSANTE**, da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de fevereiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barbalha
em 14 de fevereiro de 2025

DORIVAN AMARO DOS SANTOS
Presidente
Câmara Municipal de Barbalha

PORTARIA Nº 1702005/2025/GAB/CMB

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**, no uso das atribuições legais, em especial as disposições do inciso XXX, do art. 32 do Regimento Interno; inciso II, do art. 10 da Lei Complementar n. 02/2022; Lei Municipal n. 2.686/2023 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o Sr. **CÍCERO ROGÉRIO PEREIRA**, portador do CPF: 710.158.503-59, da função do Cargo Comissionado de **SECRETÁRIO DE GABINETE**, da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, produzindo-se efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barbalha
em 17 de fevereiro de 2025

DORIVAN AMARO DOS SANTOS
Presidente
Câmara Municipal de Barbalha

PORTARIA Nº 1702006/2025/GAB/CMB

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**, no uso das atribuições legais, em especial as disposições do inciso XXX, do art. 32 do Regimento Interno; inciso II, do art. 10 da Lei Complementar n. 02/2022; Lei Municipal n. 2.686/2023 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a Sra. **SAMIRA HELENA DE FREITAS SOUSA**, portadora do CPF: 631.052.093-87, da função do Cargo Comissionado de **SECRETÁRIO DAS COMISSÕES**, da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, produzindo-se efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barbalha
em 17 de fevereiro de 2025

DORIVAN AMARO DOS SANTOS
Presidente
Câmara Municipal de Barbalha

PORTARIA Nº 1802002/2025/GAB/CMB

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**, no uso das atribuições legais, em especial as disposições do inciso XXX, do art. 32 do Regimento Interno; inciso II, do art. 10 da Lei Complementar n. 02/2022; Lei Municipal n. 2.686/2023 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. ANTONIA SARAIVA DE SOUSA SILVA, portadora do CPF: 160.503.898-96, para exercer a função do Cargo Comissionado de **GERENTE DE NÚCLEO PATRIMONIAL**, da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, produzindo-se efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barbalha
em 18 de fevereiro de 2025

DORIVAN AMARO DOS SANTOS
Presidente
Câmara Municipal de Barbalha

PORTARIA Nº 1802001/2025/GAB/CMB

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO EM CARGO COMISSONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**, no uso das atribuições legais, em especial as disposições do inciso XXX, do art. 32 do Regimento Interno; inciso II, do art. 10 da Lei Complementar n. 02/2022; Lei Municipal n. 2.686/2023 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o Sr. MENDO THIERRY BEZERRA DE SÁ BARRETO, portador do CPF: 119.074.913-09, para exercer a função do Cargo Comissionado de **SECRETÁRIO DE GABINETE**, da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, produzindo-se efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barbalha
em 18 de fevereiro de 2025

DORIVAN AMARO DOS SANTOS
Presidente
Câmara Municipal de Barbalha

PORTARIA Nº 1802003/2025/GAB/CMB

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO EM CARGO COMISSONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**, no uso das atribuições legais, em especial as disposições do inciso XXX, do art. 32 do Regimento Interno; inciso II, do art. 10 da Lei Complementar n. 02/2022; Lei Municipal n. 2.686/2023 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. SAMIRA HELENA DE FREITAS SOUSA, portadora do CPF: 631.052.093-87, para exercer a função do Cargo Comissionado de **ASSISTENTE PARLAMENTAR**, da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, produzindo-se efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barbalha
em 18 de fevereiro de 2025

DORIVAN AMARO DOS SANTOS
Presidente
Câmara Municipal de Barbalha

PORTARIA Nº 1702002/2025/GAB/CMB

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**, no uso de suas atribuições legais, em especial as disposições do § 2º do Art. 4º da Resolução n. 04/2011 de 30 de maio de 2011 que criou a Imprensa Oficial do Poder Legislativo,

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR o servidor KELVY GABRIEL DE MOURA FERREIRA nos termos do §2º do Art. 4º da Resolução n. 04/2011 de 30 de maio de 2011 que criou a Imprensa Oficial do Poder Legislativo, para coordenar os trabalhos de Publicação previsto no art. 3º da citada Resolução.

Art. 2º. Fica proibida a publicação de quaisquer documentos oficiais da Câmara Municipal de Barbalha, ou documentos externos, que não sejam enviados através dos e-mails institucionais abaixo relacionados:

SETOR	EMAIL
Recursos Humanos	rh@camaradebarbalha.ce.gov.br,
Legislativo	legislativo@camaradebarbalha.ce.gov.br
Licitação	licitacao@camaradebarbalha.ce.gov.br
Compras	compras@camaradebarbalha.ce.gov.br
Direção	direcao@camaradebarbalha.ce.gov.br,
Jurídico	juridico@camaradebarbalha.ce.gov.br
Contabilidade	contabilidade@camaradebarbalha.ce.gov.br

Parágrafo único. O setor ao enviar documentos para publicação deverá enviar com copia para o Coordenador designado por esta Portaria, no Email: diariooficial@camaradebarbalha.ce.gov.br

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Gabinete da Presidência
da Câmara Municipal de Barbalha
em 17 de fevereiro de 2025

DORIVAN AMARO DOS SANTOS
Presidente
Câmara Municipal de Barbalha

PORTARIA Nº 1702001/2025/GAB/CMB

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 32 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barbalha,

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de Barbalha atende aos requisitos exigidos pela Lei Federal n. 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), vigente desde agosto de 2020;

CONSIDERANDO as disposições do inciso VIII, do art. 5º, inciso III, do art. 23 e do art. 41 e §1º e §2º da Lei Federal nº 13.709/2018;

CONSIDERANDO que as Portarias de nomeações e designações foram revogadas através da Portaria n. 0601033/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **WESCLY TIAGO PEREIRA RAMOS**, CPF: 007.721.923-67, como **Encarregado pelo Tratamento e Proteção de Dados Pessoais** da Câmara Municipal de Barbalha.

§ 1º. O Encarregado pelo Tratamento e Proteção de Dados Pessoais exercerá as seguintes atribuições:

- I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- II - receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adotar providências;
- III- orientar os servidores da Câmara Municipal de Barbalha a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;
- IV - executar as demais atribuições determinadas pela Câmara Municipal de Barbalha ou estabelecidas em normas complementares.

§ 2º. O Encarregado poderá solicitar o apoio de qualquer área da Câmara Municipal de Barbalha para o desempenho de suas atribuições.

Art. 2º A identidade e as informações de contato do encarregado deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Barbalha.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha
em 17 de fevereiro de 2025.

DORIVAN AMARO DOS SANTOS
Presidente
Câmara Municipal de Barbalha

PORTARIA Nº 1702004/2025

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 36 e ss. da Lei Complementar n. 02/2022 (Estatuto dos Servidores Municipais), Art. 41, § 4º da Constituição Federal, Art. 6º, § 1º da Resolução n. 17/2022, e,

CONSIDERANDO a previsão constante no Art. 36 e seu §1º da Lei Complementar n. 02/2022 (Estatuto dos Servidores Municipais), ao estabelecer,

“**Art. 36** - Ao entrar em exercício, o servidor nomeado em virtude de concurso público fica sujeito a estágio probatório, pelo período de 3 (três) anos, durante os quais lhe serão apurados e avaliados os seguintes requisitos:

- I** - Assiduidade;
- II** - Pontualidade;
- III** - Produtividade;
- IV** - Senso de disciplina;
- V** - Capacidade de iniciativa e cooperação;

VI - Capacidade de aprendizado e desenvolvimento;
VII - Aspectos observáveis de seu grau de responsabilidade e probidade.

§ 1º - A avaliação de desempenho será, obrigatoriamente, feita no intervalo máximo de 06 (seis) meses, ficando submetida a homologação da autoridade competente.”

CONSIDERANDO que o § 2º do Art. 36 da Lei Complementar n. 02/2022 (Estatuto dos Servidores Municipais), estabelece que “A confirmação no cargo será automática, caso o servidor em estágio probatório seja aprovado na avaliação de desempenho, prevista neste artigo, sendo desnecessário qualquer ato administrativo a respeito”;

CONSIDERANDO as disposições do §2º, do art. 6º da Resolução n. 17/2022 no sentido de que “A Comissão de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório será constituída por 3 (três) servidores efetivos da Câmara Municipal de Barbalha (CMB)”;

CONSIDERANDO que as Portarias de nomeações e designações foram revogadas através da Portaria n. 0601033/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída a **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO** da Câmara Municipal de Barbalha (CE) e designa os membros abaixo relacionados, para proceder com a Avaliação de Desempenho dos Servidores Concursados e em Estágio Probatório, do Legislativo Municipal.

1. **JACINTA SILVERIO SOUZA**, matrícula: 08
2. **TEREZINHA CRUZ SANTANA PINTO**, matrícula: 06
3. **CICERO ANTONIO GONZAGA CELESTINO**, matrícula: 11

Art. 2º. Na forma do § 3º do Art. 6º da Resolução n. 017/2022 os membros deverão eleger o Presidente da Comissão de Desempenho do Estágio Probatório.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barbalha
em 17 de fevereiro de 2025

DORIVAN AMARO DOS SANTOS
Presidente
Câmara Municipal de Barbalha

PORTARIA Nº 1702003/2025 – GAB/CMB

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n. 2.686/2023 que dispõe sobre o Plano de Cargos Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Municipal de Barbalha, e,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n. 2.686/2023 estabelece,

Art. 9º. A progressão consiste na passagem de um cargo de uma para a referência imediatamente posterior, dentro da mesma classe funcional, conforme o estabelecido no Anexo I, da presente Lei.

Art. 10. Poderão concorrer ao Procedimento de PROGRESSÃO os servidores ativos, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Barbalha, desde que preenchidas as seguintes condições:

- I - ser estável;
- II - estar em efetivo exercício na Câmara municipal de Barbalha.
- III - ter cumprido o interstício de 24 meses de efetivo exercício no primeiro padrão de referência de vencimento em que se encontra, ao tempo da nomeação, da última progressão ou promoção ou do enquadramento de que trata o Título VI da presente Lei.

Art. 11. A progressão dar-se-á mediante prévia aprovação em Avaliação de Desempenho Institucional onde serão avaliados os itens constantes no anexo VII.

Art. 12. A Avaliação de Desempenho Institucional será efetuada a cada 24 (vinte e quatro) meses, em ato a ser definida no Decreto Regulador, através de conceitos emitidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho, mediante requerimento individual realizado pelo servidor interessado em formulário próprio, conforme Anexo VII desta Resolução.

Parágrafo Único - A pontuação mínima a ser atingida, para fins de progressão por desempenho, deverá ser igual ou superior a 6 (seis) pontos.

Art. 13. O resultado da Avaliação de Desempenho Institucional será divulgado pelo Gestor imediato, ao qual está subordinado o servidor, devendo ser remetida ao Diretor Geral da Câmara e ao gestor de recursos humanos, para fins de registro e alterações na remuneração do servidor.

Parágrafo Único. É garantido ao servidor avaliado a ciência de todos os documentos que compoñham o processo de avaliação, devendo-lhe ser facultado a participação no procedimento, formulando petições e requerendo a produção de provas, que somente poderão ser inferidas quando impertinentes para fazer prova do alegado, admitindo-se a interposição de recursos para a autoridade administrativa hierarquicamente superior à Comissão, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 14. O servidor que não obtiver o total de pontos mínimo necessários para avaliação favorável por ocasião da apuração, permanecerá no padrão de referência atual em que se encontrar, podendo solicitar novamente o mesmo benefício após o interstício mínimo de 6 (seis) meses do indeferimento do pedido.

Art. 15. Sendo favorável o Parecer da Comissão de Avaliação de Desempenho e tendo cumprido os demais requisitos exigidos para a aquisição do direito à progressão, será deferido o pedido pela autoridade competente.

Art. 16. Deverão ser assegurados recursos no orçamento que garantam os ganhos obtidos nas progressões dos servidores em acordo com a Lei Complementar 101/2000 e demais disposições pertinentes de Direito Financeiro.

Art. 17. O início e a periodicidade do procedimento específico da Progressão Vertical constarão em portaria expedida pelo Presidente da Câmara.

CONSIDERANDO ainda as disposições dos arts. 47, §§ e 48 da Lei Municipal n. 2.686/2023,

Art. 47. O Sistema de Avaliação de Desempenho é um instrumento de gestão de pessoas que objetiva acompanhar e analisar o desempenho do servidor municipal durante o exercício das atribuições do cargo e orientar suas possibilidades de crescimento profissional, refletindo as expectativas e necessidades da Administração.

§ 1º. Compete à Comissão de Avaliação de Desempenho executar, monitorar, corrigir e divulgar todo o processo de Avaliação de Desempenho dos servidores da Câmara Municipal de Barbalha.

§ 2º. A Comissão de Avaliação de Desempenho será nomeada por ato do Presidente da Câmara Municipal de Barbalha entre os servidores efetivos ou comissionados pertencentes ao quadro do Poder Legislativo.

Art. 48. A Avaliação de Desempenho será utilizada como instrumento de gestão e acompanhamento gerencial e desenvolvimento pessoal e profissional (Anexo VII).

RESOLVE

Art. 1º. Fica instituída a **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO** da Câmara Municipal de Barbalha (CE) e designa os membros abaixo relacionados, para proceder com a Avaliação de Desempenho dos Servidores efetivos:

1. **LUCAS ARON DOS SANTOS GOMES**, matrícula: 378
2. **KAMILA MARIA SILVA CIDADE**, matrícula: 442
3. **JÂNIO JOSÉ DA SILVA**, matrícula: 395

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barbalha
em 17 de fevereiro de 2025

DORIVAN AMARO DOS SANTOS

Presidente
Câmara Municipal de Barbalha

MAPA DAS VOTAÇÕES

MAPA DA VOTAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/2025

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antenor Francisco de Amorim	X				
Antônio Ferreira Santana	X				
André Feitosa	X				
Cícera Bertulino de Souza	X				
Cícero Joanes Leite Sampaio	X				
Dorivan Amaro dos Santos					X
Epitácio Saraiva da Cruz Neto	X				
Expedito Rildo Cardoso Xavier	X				
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
João Ilânio Sampaio	X				
José Alex Saraiva de Sá Barreto	X				
Marcus José Alencar Lima	X				
Maria Gely de Freitas Pereira	X				

Matheus Cleber de Freitas Saraiva	X				
Odair José de Matos				X	
	13			01	01

MAPA DA VOTAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 08/2025

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antenor Francisco de Amorim	X				
Antônio Ferreira Santana	X				
André Feitosa				X	
Cícera Bertulino de Souza	X				
Cícero Joanes Leite Sampaio	X				
Dorivan Amaro dos Santos					X
Epitácio Saraiva da Cruz Neto	X				
Expedito Rildo Cardoso Xavier	X				
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
João Ilânio Sampaio	X				
José Alex Saraiva de Sá Barreto	X				
Marcus José Alencar Lima	X				
Maria Gely de Freitas Pereira	X				
Matheus Cleber de Freitas Saraiva	X				
Odair José de Matos	X				
	13			01	01

MAPA DA VOTAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09/2025

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antenor Francisco de Amorim	X				
Antônio Ferreira Santana	X				
André Feitosa	X				
Cícera Bertulino de Souza	X				
Cícero Joanes Leite Sampaio	X				
Dorivan Amaro dos Santos					X
Epitácio Saraiva da Cruz Neto	X				
Expedito Rildo Cardoso Xavier	X				
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
João Ilânio Sampaio	X				
José Alex Saraiva de Sá Barreto	X				
Marcus José Alencar Lima	X				
Maria Gely de Freitas Pereira	X				
Matheus Cleber de Freitas Saraiva	X				
Odair José de Matos	X				
	14				01

PUBLICAÇÕES DO PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÕES DE ONG'S, PARTIDOS POLÍTICOS E ENTIDADES SINDICAIS